

## Linguagem e resistência: Trajetória do discurso feminino na luta contra a opressão

Patricia Orlando

Universidade de São Paulo (Brasil)

[patricia.vicenza@gmail.com](mailto:patricia.vicenza@gmail.com)

**Resumo:** A história do pensamento na Europa Ocidental condicionou nossa percepção das diferenças humanas por meio de oposições simplistas: bom versus mau; dominante versus subordinado. Contudo, as bases para tais classificações não estão explicitamente estabelecidas e permite que o próprio sistema reforce as distinções que ele mesmo criou. Assim, determinados grupos — de negros e, especialmente, mulheres — são sistematicamente marginalizados, vistos como dispensáveis aos ideais de lucro e poder em suas diferentes formas. Esse processo de opressão leva o grupo a adotar, por vezes, a linguagem e o comportamento de seus opressores em uma busca inconsciente de sobrevivência ou de ilusória proteção. Audre Lorde questiona: “Sempre que surge a necessidade de alguma espécie de comunicação, aqueles que lutam contra nossa opressão nos convidam a compartilhar nosso conhecimento com eles” (Lorde, 2019, p. 239). A partir dessa questão, este estudo visa explorar como as mulheres - cujos corpos, intelecto e vidas são estigmatizados - têm reivindicado um novo espaço social por meio da linguagem, principalmente na virada do século XX para o XXI. Traçaremos um percurso analítico desde os textos de Simone de Beauvoir (*O Segundo Sexo*, 1949) até as contribuições contemporâneas de Judith Butler (*Gender Trouble*, 1990), Sueli Carneiro (*Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*, 2003), Gayatri Spivak (*Can the Subaltern Speak?*, 1988). Nosso objetivo é examinar a evolução do debate sobre o papel da mulher no discurso e, por uma abordagem dialética inspirada nos estudos culturais, discutir como essas pensadoras foram, elas próprias, moldadas por seus contextos históricos e se os debates e as estratégias linguísticas continuam os mesmos. A metodologia adotada será a análise textual crítica. Trabalharemos com a leitura atenta de um ensaio ou trecho representativo da obra de cada autora, atentando para os mecanismos linguísticos e retóricos que sustentam seus argumentos. A análise considerará também os elementos contextuais (época, local, trajetória intelectual) para compreender as singularidades de cada produção teórica e seus vínculos com lutas políticas específicas. Este exame nos permitirá identificar os mecanismos linguísticos e discursivos utilizados para desafiar o *status quo* e para promover uma reivindicação efetiva do conhecimento feminino. Este projeto visa contribuições significativas para o entendimento da dinâmica do discurso feminino e para revelar tanto avanços quanto desafios persistentes na luta contra a citada opressão sistêmica.

**Palavras-chave:** Feminismo Contemporâneo; Estratégias Discursivas; Identidade de Gênero; Teoria Crítica; Cultura e Poder.

**Abstract:** The history of thought in Western Europe has shaped our perception of human differences through simplistic oppositions: good versus evil; dominant versus subordinate. However, the foundations of such classifications are not explicitly defined, allowing the very system to reinforce the distinctions it has created. As a result, certain groups — notably Black people and especially women — are systematically marginalized, regarded as dispensable in

relation to ideals of profit and power in their various forms. This process of oppression often leads the oppressed group to adopt the language and behavior of their oppressors in an unconscious attempt at survival or illusory protection. Audre Lorde questions: “Whenever the need for some kind of communication arises, those who fight against our oppression invite us to share our knowledge with them” (Lorde, 2019, p. 239). Building on this question, this study aims to explore how women — whose bodies, intellect, and lives are stigmatized — have claimed a new social space through language, particularly at the turn of the twentieth to the twenty-first century. We will trace an analytical path from the texts of Simone de Beauvoir (*The Second Sex*, 1949) to the contemporary contributions of Judith Butler (*Gender Trouble*, 1990), Sueli Carneiro (*Racism, Sexism and Inequality in Brazil*, 2003), and Gayatri Spivak (*Can the Subaltern Speak?*, 1988). Our objective is to examine the evolution of the debate on the role of women in discourse and, through a dialectical approach inspired by cultural studies, to discuss how these thinkers were themselves shaped by their historical contexts and whether the debates and linguistic strategies remain the same. The adopted methodology will be critical textual analysis. We will engage in close readings of an essay or representative excerpt from each author’s work, focusing on the linguistic and rhetorical mechanisms that underpin their arguments. The analysis will also consider contextual elements (time, place, intellectual trajectory) to understand the singularities of each theoretical production and its connections with specific political struggles. This examination will allow us to identify the linguistic and discursive mechanisms used to challenge the status quo and to promote an effective claim to female knowledge. This project seeks to offer significant contributions to the understanding of the dynamics of female discourse and to reveal both advances and ongoing challenges in the struggle against the aforementioned systemic oppression.

**Keywords:** Contemporary Feminism; Discursive Strategies; Gender Identity; Critical Theory; Culture and Power.

A história do pensamento na Europa Ocidental condicionou nossa percepção das diferenças humanas por meio de oposições simplistas como bom versus mau e dominante versus subordinado, sem bases claramente estabelecidas. Este processo sistêmico marginaliza grupos específicos, principalmente de mulheres, que frequentemente adotam a linguagem e o comportamento de seus opressores numa busca inconsciente por sobrevivência ou proteção ilusória.

Conforme argumenta Judith Butler (1990), essas oposições binárias são construções normativas que produzem e mantêm hierarquias de poder. Portanto, não são categorias naturais, mas estruturas reiteradas por práticas discursivas e sociais. A autora afirma que “o gênero é a repetição estilizada do corpo, uma série de atos repetidos dentro de um quadro regulatório altamente rígido” (Butler, 1990, p. 33), o que confere aparência de naturalidade ao que é, na verdade, culturalmente imposto. Essa repetição, segundo ela, é responsável pela consolidação de subjetividades que incorporam as normas dominantes como condição de reconhecimento. Butler (1997) explica que “torna-se sujeito justamente ao se submeter às normas que não se

escolheu” (Butler, 1997, p. 2), revelando que a adoção inconsciente do discurso do opressor é, muitas vezes, uma forma de se manter visível ou aceitável dentro da lógica hegemônica.

Inspirado pela interrogação de Audre Lorde sobre a comunicação da opressão ("Sempre que surge a necessidade de alguma espécie de comunicação, aqueles que lutam contra nossa opressão nos convidam a compartilhar nosso conhecimento com eles" – Lorde, 2019, p. 239), esta apresentação busca explorar por quais mecanismos discursivos as mulheres têm reivindicado novos espaços sociais, especialmente na virada do século XX para o XXI.

Mas antes de passarmos pelas autoras que iremos analisar, mesmo que de maneira breve, é importante fazer um arcabouço sobre a importância de se estudar as transições linguísticas não só nas teorias feministas, mas também em todo escrito realizado por mulheres. O discurso feminista, desde suas raízes, se desenha como uma grande discussão sobre como interpretar o discurso. Não é de hoje que feministas e outras teóricas trabalham por um contexto marcado pela problematização da linguagem. Tomando emprestada a ideia de Nancy Fraser (2019), que fala sobre a raiz de todo pensamento enraizado no pós-modernismo segue uma forma historicamente específica, a da "sociedade capitalista organizada pelo Estado de forma androcêntrica, estruturada por três ordens inter-relacionadas de subordinação: (má) distribuição, (falta de) reconhecimento e (falta de) representação.” (Fraser em Buarque de Hollanda, 2019, p. 32) Essa condição foi diagnosticada por Jean-François Lyotard, cunhando a explicação sobre um fim das metanarrativas filosóficas, ocasionada exatamente por essa transição linguística, uma vez que ao identificarmos uma certa densidade e peso aos processos significantes levantamos suspeitas sobre a possibilidade de uma matriz neutra e estável permanente para a investigação linguística.

Frente a essa pequena introdução teórica, vamos analisar, como pensadoras utilizaram a linguagem não apenas para refletir suas realidades mas também uma tentativa de resistência para tensionar o *status quo*: e, mais do que isso, qual tipo de discurso elas utilizaram. A seleção das autores partiu de critérios metodológicos que articulam três eixos principais: relevância teórica no debate contemporâneo sobre o conceito de mulher e feminismo, posicionamento geopolítico dentro e fora do centro do capitalismo e temporalidade das contribuições. A primeira dimensão refere-se à centralidade que essas pensadoras ocupam na produção crítica desde os anos 1960 e que influenciaram decisivamente os campos dos estudos de gênero, teoria pós-colonial, crítica social e epistemologia feminista. A segunda dimensão parte-se da necessidade em confrontar perspectivas eurocêntricas e periféricas, ao utilizarmos a formulação de Fredric Jameson (1981) sobre os limites da periferia do capitalismo, para destacar vozes que

produzem saberes a partir de contextos historicamente marginalizados. A terceira dimensão refere-se à valorização tanto de obras canônicas, como Simone de Beauvoir, quanto intelectuais cuja produção se intensificou nas últimas décadas, como Sueli Carneiro e Judith Butler, para que se tenha uma assimilação transversal entre diferentes gerações. Essa combinação permite observar como determinados conceitos, como identidade, agência, subalternidade ou diferença, foram tensionados e reformulados conforme o deslocamento histórico, geográfico e político das epistemologias críticas. Serão elas: Simone de Beauvoir, Judith Butler, Sueli Carneiro, Gayatri Spivak.

Iniciaremos com Simone de Beauvoir<sup>1</sup>. A filósofa e escritora francesa desempenha um papel seminal na constituição do pensamento feminista moderno, com uma produção teórica extensa e de grande impacto. Para fins analíticos, tomamos como ponto de partida uma de suas formulações mais emblemáticas: *“On ne naît pas femme, on le devient”* — comumente traduzida como “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Esta frase, extraída de sua obra *Le Deuxième Sexe* (1949), tornou-se um marco teórico e um dos mais difundidos pelos movimentos feministas contemporâneos. Para compreendê-la adequadamente, é necessário analisar os fundamentos filosóficos e existencialistas que sustentam o discurso de Beauvoir, especialmente sua concepção da identidade feminina como uma construção histórica, social e cultural, em oposição a uma essência biológica imutável.

Ela centra seu discurso em *O Segundo Sexo* (2009), como arcabouço teórico e justificativa do discurso, a questão do naturalismo e do essencialismo. Beauvoir faz o que ela chama de exame dos “dados da biologia” (Beauvoir, 1949, I, pp. 35-77). Antes desses dados, Beauvoir lembra os lugares comuns que diferenciam o masculino e o feminino. Há uma passagem interessante sobre isso: *“O que é a mulher? É muito simples, dizem os amantes de fórmulas descomplicadas: é um útero, um ovário; ela é mulher: esta palavra é suficiente para defini-la. Na boca de um homem, o epíteto “feminino” soa como um insulto; no entanto, não se envergonha da sua animalidade, pelo contrário, orgulha-se se alguém diz dele: “É homem!”*

---

<sup>1</sup> A ordem de apresentação das autoras — Simone de Beauvoir, Judith Butler, Sueli Carneiro e Gayatri Spivak — segue uma lógica genealógica e geopolítica. Inicia-se com Beauvoir por seu papel inaugural na crítica à construção histórica da mulher no pensamento ocidental. Judith Butler é apresentada em seguida por desenvolver uma interlocução crítica com Beauvoir, especialmente ao radicalizar suas premissas no campo da performatividade e da normatividade de gênero. A transição para Sueli Carneiro introduz uma inflexão não eurocentrada, trazendo à tona uma perspectiva afro-brasileira e interseccional, que tensiona as universalizações presentes nas formulações teóricas ocidentais. Por fim, Gayatri Spivak amplia esse deslocamento ao problematizar as formas de silenciamento e representação da mulher subalterna no contexto pós-colonial, articulando uma crítica sofisticada aos limites das epistemologias hegemônicas.

(Beauvoir, 2009. p. 15) Dessa forma, temos uma transferência do termo *femme/feminilite* - mulher/feminino/feminilidade. Ele passa a ser negativo, não porque enraíza a mulher na natureza, mas porque a confina ao seu sexo, à sua biologia; e se esta natureza parece desprezível ao homem e inimigo mesmo entre animais inocentes, é obviamente por causa da hostilidade inquieta que a mulher desperta nele; no entanto, o homem quer encontrar na biologia uma justificativa para esse sentimento. No quesito histórico, devemos lembrar que a obra *Segundo Sexo* foi escrita em 1940 e publicada em 1949, ou seja, pós-segunda guerra mundial, momento no qual começam a fervilhar os primeiros conceitos feministas, já que as mulheres haviam desempenhado papéis cruciais durante a guerra, ao trabalhar em fábricas e a servir em muitas outras capacidades, o que levou a questionamentos sobre os papéis tradicionais de gênero após o retorno à "normalidade". Além disso, as mulheres tinham acabado de conquistar o direito ao voto na França - em 1949.

A forma, portanto, do discurso de Beauvoir firma a tese central da obra de que a mulher (e não a mulher) é o Outro porque não é outra senão o seu sexo, num mundo cujo princípio é inteiramente masculino - inclusive os valores linguísticos naturalizantes e positivos, centrado na figura masculina. Para Beauvoir, portanto, o uso linguístico para designar a mulher concentra-se principalmente em questões naturais - ou seja, que poderia ser imutável. Portanto, quando se ressalta que nos tornamos mulher, há uma virada linguística. Nela, entendemos que a mulher não é *natural*, mas sim *formada* e também condicionada aos meios pelos quais ela está engendrada. Não por acaso, nas décadas de 1960 e 1970, parte dos movimentos feministas e da nova esquerda ocidental se inspiraram no ideário revolucionário oriundo de países do Sul global, como a Revolução Cultural Chinesa, promovida por Mao Tsé-Tung, cuja obra *Citações do Presidente Mao Tsé-Tung* (1966) — conhecida como "Livro Vermelho" — circulou amplamente entre militantes. Embora Simone de Beauvoir não tenha se filiado diretamente à linha maoísta, suas críticas à sociedade de consumo, à estrutura patriarcal e ao modo de vida burguês dialogavam com o espírito contestatório da época, compartilhando o repúdio à alienação capitalista e à objetificação da mulher no mercado. Essa afinidade crítica ajudou a consolidar uma aliança ideológica informal entre o feminismo existencialista e correntes revolucionárias anti-imperialistas. O incentivo pós-guerra ao consumismo em massa no Ocidente começa a crescer e, com ele, novas questões culturais e identitárias se desvelam e desembocam nas diferentes reivindicações de 68. Com a consolidação do consumismo como forma dominante de subjetivação no capitalismo tardio, o embate político desloca-se cada vez mais para o terreno simbólico e sensível. Nesse contexto, ganha força a ideia de um socialismo

estético, entendido aqui como uma reorganização crítica das formas de vida, da visibilidade e dos modos de existência. Uma política das sensibilidades que desafia o modo como o capitalismo estrutura não apenas o trabalho e a produção, mas também o desejo, o corpo e a identidade. Como argumenta Jacques Rancière (2005), toda política é, em última instância, uma “partilha do sensível”: uma disputa sobre quem pode aparecer, falar, ocupar espaço e ser reconhecido como sujeito legítimo. Da mesma forma, Fredric Jameson (1981) aponta para o “impulso utópico” presente na estética como veículo de crítica totalizante ao capitalismo.

É a partir dessa chave — de que as lutas identitárias são também lutas estéticas e políticas — que se torna fundamental a leitura de Judith Butler, segunda autora aqui analisada. Sua teoria da performatividade de gênero representa uma inflexão decisiva nesse quadro, ao demonstrar como as identidades de gênero não são dados naturais, mas efeitos reiterados de discursos normativos que regulam corpos e condutas. Se o “socialismo estético” busca deslocar os códigos visuais e simbólicos hegemônicos, Butler oferece as ferramentas conceituais para compreender como tais códigos produzem (e podem desestabilizar) a norma de gênero.

A partir do seu conceito de política performativa, que adquire principalmente de pensadores como Michel Foucault, Butler elabora o cerne de sua teoria de gênero centrada na ideia de que gênero é uma performance e as questões naturais podem ser entendidas como pré e preceitos linguísticos destinados a confinar os indivíduos numa ética que caberia à uma determinada sociedade. Butler é influenciada por uma tradição crítica que compreende a linguagem como prática social, carregada de disputas simbólicas e de efeitos materiais sobre os corpos. Entre os autores que expressam essa consciência da linguagem como instrumento de construção do real, destaca-se o texto *Ruelas* de Júlio Cortázar (2003), que defendia a urgência de observarmos como usamos a linguagem para descrever o mundo, pois esse uso está saturado de sentidos — conscientes e inconscientes — moldados por legados de luta e submissão. Essa reflexão converge com a proposta de Butler ao entender que os discursos não apenas nomeiam o mundo, mas produzem identidades, hierarquias e exclusões, operando de forma performativa sobre a realidade. Por esse tipo de entendimento, Butler concentra seu estudo na performance de gênero a partir da linguagem com a qual desvendamos o mundo.

Na introdução de seu livro, *Excitable Speech* (1997), intitulada: “Sobre a vulnerabilidade linguística”, já temos um belo panorama da problemática que aqui colocamos como objeto de discussão. Butler questiona o “poder de ferir” da invenção, que reflete uma relação complexa “de discordância e inseparabilidade entre o corpo e a fala, mas também consequentemente entre a fala e a sua fala” (1997, p. 20). A questão aqui já é se as palavras podem “ser separadas do



seu poder de ferir e recontextualizadas de formas mais positivas”. Ou seja: as mesmas questões de Beauvoir: se devemos nos tornar mulher ou qualquer gênero que for, a escolha do discurso por detrás dessa narrativa dirá muito onde esse indivíduo se encaixa - se é que haverá encaixe.

Ora, se “o poder que um nome tem de ferir” (1997, p. 69), como diz Butler, se baseia de fato numa interpelação que visa designar um sujeito, os efeitos desta interpelação não são mecânicos e “a eficácia com que esse poder é exercido” baseia-se numa historicidade, na sedimentação dos usos do nome que levam ele a uma repetição. Essa repetição, portanto, é uma performance. A utilização dessas palavras mostra como a identidade, tanto para Beauvoir, quanto para Butler, é centrada num discurso instável e estilizado, e, portanto, refém sobretudo da historicidade.

Quando afirmamos ter sido feridos pela linguagem, fazemos que tipo de afirmação? Atribuímos uma agência à linguagem, o poder de ferir, e nos posicionamos como objetos de sua trajetória injuriosa. Afirmamos que a linguagem atua, e atua contra nós, e essa afirmação é, por sua vez, uma nova instância da linguagem, que procura bloquear a força da instância anterior. Desse modo, exercitamos a força da linguagem mesmo quando buscamos conter a sua força, presos a uma trama que nenhum ato de censura é capaz de desembaraçar. (Butler, 2021. p. 10)

Afinal, a partir dessa prerrogativa o discurso, na verdade, é uma ilusão de essência. Mulher, portanto, seria uma situação histórica e não um fato cultural. Dessa forma, a linguagem utilizada para determiná-la seria sempre da instabilidade categórica. Alguns exemplos que levam à essa instabilidade categórica proposital: não-essencialismo de gênero, uso de linguagem neutra e metáforas de opressão.

A partir dessa prerrogativa de análise crítica das estruturas de opressão, inclusive em seu funcionamento simbólico e discursivo, passamos à obra de Sueli Carneiro, uma das mais importantes intelectuais brasileiras no campo da filosofia política, da teoria feminista e dos estudos raciais. Sua reflexão fundamenta-se na interseccionalidade entre raça, gênero e classe social, a partir de uma epistemologia situada que recusa a neutralidade eurocêntrica. Em seus escritos, a autora investiga como os pressupostos coloniais de violação racial e identitária, sobretudo contra mulheres negras e indígenas, não são apenas resquícios históricos, mas fundamentos estruturantes da identidade nacional brasileira. Para Carneiro, o pacto social brasileiro está alicerçado na naturalização da exclusão racial e de gênero, o que exige, para ser desfeito, não apenas políticas de redistribuição, mas um reposicionamento simbólico e epistêmico das subjetividades subalternizadas.

Carneiro (2019), em seu texto “Enegrecer o feminismo”, fala especificamente sobre o povo brasileiro e o modo como o racismo estrutura as relações sociais e políticas no país. No entanto, é possível traçar paralelos claros entre o discurso mobilizado por ela e os debates mais amplos sobre as violências de gênero e raça. A autora demonstra como a colonialidade do poder permanece ativa na contemporaneidade, reproduzindo desigualdades fundadas em marcadores raciais e sexuais, sobretudo no caso das mulheres negras, que ocupam a posição social mais vulnerabilizada dentro da sociedade brasileira. Ao afirmar a urgência de um feminismo negro, Carneiro refere-se à necessidade de desconstruir as narrativas universalizantes do feminismo hegemônico, que frequentemente invisibilizam as experiências e demandas das mulheres racializadas:

[...] as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina dessas mulheres.

Carneiro aborda nesse mesmo texto um ponto que pode ter passado despercebido para a análise do discurso de diversas teóricas: a de que existem subtipos de discursos de acordo com a mulher com a qual estamos falando. Portanto, Carneiro utiliza muito de um discurso centrado nos atributos violentos e segregadores que a língua tem. Dessa forma, ela denuncia o *status quo* atirando contra a realidade a própria violência que ela provoca. Essa luta no discurso também é decorrente do pano histórico no qual os escritos de Carneiro foram escritos. Ela escreveu a maior parte dos seus textos entre o final dos anos 70 e anos 2000. Ou seja, começou a escrever num período em que o Brasil ainda estava sob a ditadura militar, que durou de 1964 a 1985. De forma resumida, este foi um período de censura severa, mortes e repressão política e supressão de qualquer tipo de movimento sociais. Paralelamente, foi nos anos 80 que o movimento negro no Brasil ganhou força, juntamente com a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos. Sueli fez a interseccionalidade entre essa luta e a luta das mulheres. Carneiro não só escreveu, mas também desempenhou um papel ativo importante: participou da fundação do *Geledés — Instituto da Mulher Negra*, em 1988, que se tornou uma das organizações mais influentes na promoção dos direitos das mulheres negras no Brasil.

A partir desse cenário, fica claro entender porque é comum encontrarmos nos escritos de Sueli frases como “Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar. Fazemos parte de um contingente de mulheres



com identidade de objeto.” (2019, p. 314) Isso porque as mulheres já trabalhavam - as mulheres negras, já relacionadas historicamente como força trabalhadora.

Diferentemente de Beauvoir e Butler, Carneiro utiliza-se da própria linguagem como um discurso fatal, guerreiro e que levanta lutas importantes — ou seja, não luta contra a linguagem em si, mas sim utiliza-se dela para pautar as batalhas. Enquanto as duas primeiras se concentram num tom mais ético e naturalizante, num aspecto performativo, no qual a luta se dá por meio da repetição e subversão das normas de gênero, Carneiro utiliza-se do discurso de luta na linguagem e na práxis, como se a política do discurso feminino na luta contra a opressão fosse baseada em demonstrar — ou melhor, escancarar — as contradições e violências linguísticas resultantes de processos históricos a partir de variáveis de raça, classe e gênero.

Sobre a questão da mulher e sua figura pós-colonial temos Gayatri Spivak (2019), a teórica indiana mais conhecida por seu artigo "Can the Subaltern Speak?", possui na centralidade da sua teoria o discurso sobre "subalternidade", "estratégias de resistência", e "crítica pós-colonial". Não é raro, em seus textos — como no artigo Quem reivindica a alteridade? —, Spivak pautar sua análise do conceito feminista a partir do aparato histórico. Para ela, a saída seria eliminar as oposições binárias e continuidades que sempre emergem nos supostos relatos do real. Dessa forma, o discurso de Spivak concentra-se, em ambos os artigos, em diversos questionamentos sobre a noção de sujeito. A partir dessa perspectiva discursiva, seria impossível à Mulher tornar-se sujeito e construir-se performativamente<sup>2</sup>, como propuseram Beauvoir e Butler.

Quando incitamos uma visão a partir do chamado Terceiro Mundo, vemos que essa natureza e performance são muitas vezes pressionadas por uma política cultural - sempre baseada na repetição. Em outras palavras: não há uma completa independência estrutural em países do Terceiro Mundo. Não por acaso, vemos tanto em Carneiro quanto em Spivak a intensa utilização de um discurso voltado à criação de um campo de batalhas: arena, poder e legitimação, por exemplo, são alguns dos termos amplamente utilizados por Gayatri. Mas não teria como ser diferente, afinal, o discurso de legitimação coletiva, institucional e política incita por si só a violência epistêmica da lei e educação coloniais. Precisamos lembrar que a Índia desta época (anos 90) estava passando por grandes reformas - foi nessa época que começa a acontecer a

---

<sup>2</sup> O termo performatividade aqui refere-se à formulação de Judith Butler (1990), baseada em teorias dos atos de fala, segundo a qual o gênero não é uma essência ou atributo fixo, mas o efeito de repetições normativas que produzem a identidade como aparência de naturalidade.

liberalização da economia e um período de intensos movimentos dos Dalits (anteriormente chamados de "intocáveis", de casta "inferior") que começaram a estar ativamente envolvidos em lutas por direitos civis e emancipação social. Esse período foi marcado, portanto, por movimentos que desafiavam a estratificação de castas e também por diversas conquistas para a legislação pró-mulher, incluindo a Lei de Proteção da Mulher contra Violência Doméstica de 1986.

Assim, o subalterno - e aqui falamos sobretudo das mulheres - é um sujeito que não pode falar. Portanto, a luta de Spivak, assim com a de Carneiro, é feita com armas linguísticas - mais do que filosofar sobre o papel do discurso feminino, ambas denunciam o contexto pós-colonial global. Portanto, citando aqui Spivak, "nosso modelo deve ser o de uma crítica da cultura política, do culturalismo político, cujo veículo é a escritura de histórias legíveis, seja do discurso dominantes, seja das histórias alternativas." (2019, p. 253)

Ao contrário dos intelectuais a quem denomina pós-estruturalistas, a autora não aposta no fim da representação, mas traça limites para ela, na medida em que o papel do intelectual não seria o de falar pelo/a subalterno/a.

Talvez a grande contribuição de Gayatri também aqui para o nosso debate relaciona-se ao não apenas de como sua obra seja um marco para os estudos de gênero. Mas também como sedimenta o debate sobre a autoridade etnográfica, sobre o "lugar de fala" e a chamada "virada ontológica" na antropologia que muito se relaciona com o que estamos discutindo sobre o discurso feminino na luta contra a opressão.

Muito nos interessa essa virada ontológica citada anteriormente, fato este porque tanto Beauvoir, quanto Butler, Carneiro e Spivak propõem essa nova tensão. Se antes falamos das diferenças entre cada uma - e por que elas foram expoentes no discurso feminino - agora falaremos sobre suas similaridades. Primeiramente, é necessário levantar a bandeira do reconhecimento da existência de múltiplas realidades — e aqui buscamos sublinhar, em particular, a realidade feminina. A questão central que essas autoras colocam pode ser delimitada da seguinte forma: que tipo de realidade é evidenciado nos discursos que nos cercam? Qual é o imaginário que sustenta essa concepção do real? Em outras palavras, o que está fora da língua — suas condições históricas, materiais e ideológicas — é precisamente o que permite à língua significar. Trata-se, portanto, de compreender a linguagem não apenas como expressão, mas como campo de disputa pela construção do que é tomado como realidade.

Além disso, tais teóricas propõem, cada uma à sua medida, o descentramento do sujeito humano. Desloca, assim, o foco narrativo ao considerar outros elementos do discurso que

influenciam a vida das mulheres e suas lutas. Além disso, o discurso focado em criticar as narrativas dominantes que perpetuam a opressão das mulheres - seja apontando tais opressões, seja criando mecanismos para lutar contra elas. A luta contra a opressão, nesses exemplos, é centralizada no discurso de crítica à estrutura de poder: mais do que falar apenas sobre o termo que rodeia “mulher”, todas elas ajudam a desvendar como as estruturas de poder são mantidas e reproduzidas por meio de realidades construídas: sejam elas “naturalizantes”, “performáticas”, “racializadas” ou “colonizadas”. Como cada uma dessas visões pode explicar os discursos que continuam a perpetuar a opressão às mulheres? Talvez, ao final deste texto, a grande questão não seja apenas compreender o que essas autoras dizem, mas como seus textos evidenciam certos pilares críticos fundamentais. Em primeiro lugar, todas se colocam contra a naturalização das identidades, reafirmando que gênero, raça e classe são construções históricas e sociais. Em segundo, mobilizam a linguagem não como instrumento neutro, mas como campo de poder, capaz de oprimir e de resistir. Em terceiro, promovem a desconstrução de dicotomias binárias que sustentam hierarquias (como homem/mulher, branco/negro, sujeito/subalterno). Por fim, apontam para a necessidade de confrontar as estruturas históricas de opressão — patriarcais, coloniais e raciais — ainda operantes nas sociedades contemporâneas. Identificar esses pilares, como foi feito ao longo deste texto, mais do que sistematizar conceitos, é perceber nos próprios textos as estratégias discursivas e políticas que atravessam a teoria feminista em sua multiplicidade.

Pensar nessas autoras é buscar uma reflexividade ontológica que seja intacta ao sujeito, instigar a pensar novas formas de interpretar a linguagem, os textos e as performances a partir dessas prerrogativas que percebem as histórias inconscientes que sempre estão presentes. O contexto cultural - que sustenta tais desigualdades e discursos que todas essas autoras nos dão ferramentas para combater - só pode ser mudado ao existir um esforço para com a desarticulação da produção daquele sujeito, sempre escondido por uma estrutura arraigada de relações e dependências culturais e econômicas. São essas novas ferramentas de articulação que nós, teóricas do discurso, podemos mobilizar para decifrar não apenas um determinado autor ou autora, mas todo o aparato simbólico, histórico e ideológico que os circunda — e que, por consequência, também nos atravessa. Afinal, de onde vem a opressão? Alguém a viu? Ela se materializa nos gestos cotidianos, nas normas implícitas, nas linguagens naturalizadas. É hora de desarticular os discursos hegemônicos, desestabilizar as certezas que sustentam a violência simbólica, e imaginar novas formas de dizer e de existir. Isso, sim, é utópico — e, justamente por isso, revolucionário. Um gesto de ruptura. Um respiro diante da distopia.

## Referências bibliográficas

- Beauvoir, S. (1949). *Le deuxième sexe*. Paris: Gallimard.
- Beauvoir, S. (2009). *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Beauvoir, S. (1986). Le point de vue du matérialisme historique. In: *Le deuxième sexe*. Paris: Gallimard Éducation.
- Buarque de Hollanda, H. (org.). (2019). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Butler, J. (1990). *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- Butler, J. (1997). *Excitable speech: a politics of the performative*. New York: Routledge.
- Carneiro, S. (2019). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: *Escritos de uma vida*. Organização de Márcia Lima. São Paulo: Jandaíra.
- Cortázar, J. (2003). *Rayuela* (cap. 68). Cátedra. (Traduzido para o português como *O jogo da amarelinha*. São Paulo: Companhia das Letras).
- Dikötter, F. (2015). *A tragédia da libertação: uma história da revolução chinesa, 1945–1957*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Eagleton, T. (2005). *A ideia de cultura*. São Paulo: UNESP.
- Fort, P. (2016). La condition féminine et le féminisme. In *Simone de Beauvoir* (pp. 153–168). Saint-Denis: Presses Universitaires de Vincennes.
- Hooks, b. (1981). *Ain't I a woman: black women and feminism*. Boston: South End Press.
- Jameson, F. (1981). *The political unconscious: narrative as a socially symbolic act*. Ithaca: Cornell University Press.
- Jameson, F. (2005). *Archaeologies of the future: the desire called utopia and other science fictions*. London: Verso.
- Mao, T.-T. (1967). *Citações do Presidente Mao Tsé-Tung* (H. Ming, Trad., 2ª ed.). Edições em Línguas Estrangeiras.
- Rancière, J. (2005). *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2012). *O espectador emancipado*. São Paulo: Boitempo.
- Spivak, G. C. (1988). Can the subaltern speak? In C. Nelson & L. Grossberg (Orgs.), *Marxism and the interpretation of culture* (pp. 271–313). University of Illinois Press.
- Spivak, G. C. (2019). Quem reivindica a alteridade? In H. Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Wittig, M. (1992). *The straight mind and other essays*. Boston: Beacon Press.